

PLANO DE ENSINO					
<b>IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA</b>					
Nome da disciplina	DIREITO À INCLUSÃO SOCIAL NA ERA DIGITAL				
Curso	PPGD – Mestrado em Direito				
Ano / Trimestre	2020/01	Horas-aula	30	Créditos	2
Dias e Horários	Sábados - 14/3, 18/4, 25/4, 9/5, 16/5, 23/5 Horário - 8h00min às 12h00min				
Professor	Dra. Vivianne Rigoldi <a href="http://lattes.cnpq.br/0993320167105105">http://lattes.cnpq.br/0993320167105105</a>				
Contato	e-mail – <a href="mailto:rigoldi@univem.edu.br">rigoldi@univem.edu.br</a>				
Material de apoio	<a href="https://www.ead.univem.edu.br">https://www.ead.univem.edu.br</a>				
<b>EMENTA</b>					
Dignidade humana e direito à inclusão social. Equidade e princípio da diferença. Fundamentos para a proteção dos direitos de grupos vulneráveis. Ações afirmativas. Controle social em face das inclusões estáticas. <i>Policy making</i> . Inclusão social na era digital.					
<b>OBJETIVOS</b>					
Gerais	Compreender a efetivação dos direitos fundamentais na perspectiva do direito à inclusão social dos grupos vulneráveis, a partir de uma reflexão crítica dos conteúdos constitucionais, relacionando-os com o contexto social e institucional brasileiro, sob a óptica inovadora da tecnologia e seus reflexos, proporcionando condições concretas para o desenvolvimento de uma participação profissional pautada pelo caráter social e transformador de atuação na sociedade digital.				
Específicos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ampliar o debate a respeito das questões controversas acerca dos direitos fundamentais, da dignidade humana e suas violações;</li> <li>2. Identificar as diversas expressões da exclusão social dos grupos vulneráveis (minorias e grupos vulneráveis em sentido estrito);</li> <li>3. Fomentar o pensamento crítico a respeito das dimensões de igualdade e desigualdade, tanto no aspecto formal quanto material, do debate posto;</li> <li>4. Identificar as fases das políticas públicas inclusivas e analisar, em especial, a atividade de <i>policy making</i>;</li> <li>5. Estudar as possibilidades de planejamento participativo e efetivo nas atividades governamentais de vertente inclusiva.</li> </ol>				

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<p><b>1 Fundamentos da dignidade humana na perspectiva de inclusão social dos grupos vulneráveis</b></p> <p>1.1 Grupos vulneráveis em sentido lato: minorias e grupos vulneráveis em sentido estrito</p> <p>1.2 A realização material da dignidade humana a partir do reconhecimento da igualdade em suas vertentes formal e material</p> <p>1.3 Aspectos da inclusão social na sociedade digital</p> <p><b>2 O princípio da diferença e as contingências que determinam os menos favorecidos na Teoria da Justiça como equidade</b></p> <p>2.1 O contrato social hipotético e o véu da ignorância</p> <p>2.2 O princípio da diferença resultante de uma concepção igualitária</p> <p>2.3 Identificação dos menos favorecidos na Teoria da Justiça como equidade</p> <p><b>3 Argumentação crítica à Teoria da Justiça como equidade</b></p> <p>3.1 Diretrizes de inclusão social e os direitos fundamentais dos grupos vulneráveis</p> <p>3.2 Grupos vulneráveis e minorias: em defesa dos direitos e em defesa da cultura na era digital</p> <p><b>4 Ações afirmativas na dupla perspectiva de não-discriminação e inclusão social</b></p> <p>4.1 Inclusão social e integração social: diferenças e aspectos relevantes na era digital</p> <p>4.2 Inclusão digital: acesso às tecnologias de informação e comunicação (TICs) dos grupos vulneráveis</p> <p>4.2 Estudo de caso (1)</p> <p><b>5 Políticas públicas inclusivas</b></p> <p>5.1 Metodologia de análise das políticas públicas</p> <p>5.2 Análise quantitativa e crítica qualitativa dos resultados: <i>policy making</i></p> <p>5.3 Superação do <i>déficit</i> de representatividade: possibilidades na era digital</p> <p>5.4 Estudo de caso (2)</p>	
AVALIAÇÃO	
<b>Instrumentos de avaliação</b>	<p>A disciplina manterá avaliação continuada.</p> <p>1- Em cada aula será oferecida uma atividade de estudo e pesquisa a ser desenvolvida no intervalo entre os encontros presenciais. Material de apoio será disponibilizado por meio do ambiente de EaD, quando necessário. Durante os encontros, haverá a exposição oral discente dos principais aspectos do conteúdo previamente estudado, promovendo as discussões específicas dos temas abordados em cada aula.</p> <p>2- A participação dos alunos durante os encontros, bem como a assiduidade, será levada em consideração para fins de cômputo da avaliação final da disciplina, além do domínio dos temas tratados, leitura do conteúdo das obras indicadas, apresentações orais bem elaboradas e contribuição para o debate.</p> <p>3- Ao final da disciplina, no prazo de 30 dias após o último encontro, o aluno deverá encaminhar no e-mail docente (<a href="mailto:rigoldi@univem.edu.br">rigoldi@univem.edu.br</a>) artigo científico inédito, com temática afeta ao conteúdo da disciplina, atento às normas da ABNT, com no mínimo 15 e no máximo 20 laudas.</p>
<b>Critérios para aprovação</b>	<p>Tendo em vista o que dispõe o Regimento do Programa Pós-graduação em Direito do UNIVEM e a legislação federal em vigor, apenas obterá aprovação o aluno que:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• obtiver nota final 7 (sete) ou superior, decorrente das avaliações regulares da disciplina, na forma estabelecida neste plano de ensino; e</li> <li>• comparecer no mínimo a 80% (oitenta por cento) das aulas ministradas e atividades desenvolvidas.</li> </ul> <p>No cálculo da nota final será atribuída nota 0 (zero), no item específico e dentro do peso previsto neste plano de ensino, ao aluno que não comparecer às atividades sob sua responsabilidade ou não apresentar os trabalhos na forma e nos prazos estabelecidos.</p>
<b>FONTES</b>	
<b>Básicas</b>	<p>BARANAUSKAS, Maria Cecília; MARTINS, Maria Cecília.; VALENTE, J. A. (orgs). <b>Codesign de Redes Digitais: Tecnologia e Educação a serviço da inclusão social</b>. Porto Alegre: Penso, 2013.</p> <p>BUCCI, M. P. D. <b>Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas</b>. São Paulo: SARAIVA, 2013 <a href="https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:581591">https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:581591</a></p> <p>CAMPOS, J. R. D.; BUCCI, D.; SALA, J. B. <b>Direitos humanos - proteção e promoção</b>. São Paulo: Saraiva, 2012 <a href="https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:582350">https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:582350</a>.</p> <p>COMPARATO, F. K. <b>A afirmação histórica dos direitos humanos</b>. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 <a href="https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:641156">https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:641156</a>.</p> <p>FILHO, M. G. F. <b>Aspectos do direito constitucional contemporâneo</b>. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011 <a href="https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:583804">https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:583804</a></p> <p>FONTE, F. D. M. <b>Políticas públicas e direitos fundamentais</b>. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015 <a href="https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:580651">https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:580651</a></p> <p>JR, P. H. S.; OLIVEIRA, M. A. M. D. <b>Direitos humanos - Liberdades Públicas e Cidadania</b>. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016 <a href="https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:580065">https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:580065</a></p> <p>MADRUGA, S. <b>Pessoas com deficiência e direitos humanos</b>. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016 <a href="https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:580060">https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:580060</a></p> <p>MELO, Aline de Jesus. <b>Tecnologias da informação para inclusão digital de deficientes mentais</b>. Novas Edições Acadêmicas, 2016.</p> <p>MELLO, Celso Antônio Bandeira de. <b>O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade</b>. São Paulo: Malheiros, 2014.</p> <p>NUSSBAUM, Martha C. <b>Fronteiras da Justiça. Deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2013.</p> <p>RAWLS, John. <b>Uma teoria da justiça</b>. Tradução de Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2008.</p> <p>SANDEL, Michael J. <b>Justiça. O que é fazer a coisa certa</b>. Tradução de Heloísa Matias e Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.</p> <p>SARLET, Ingo Wolfgang. <b>Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988</b>. 15 ed, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.</p> <p>SARMENTO, Daniel. <b>Dignidade da Pessoa Humana: conteúdo, trajetórias e metodologia</b>. Belo Horizonte: Fórum, 2016.</p> <p>SCHWAB, Klaus. <b>A quarta revolução industrial</b>. Tradução de Daniel Moreira Miranda. Bauru: Edipro, 2015.</p>

<b>Complementares</b>	<p>ALEXY, Robert. <b>Teoria dos direitos fundamentais</b>. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2014-a.</p> <p>AZEVEDO, Ione Gazola (org). <b>Inclusão digital do idoso: direito e interdisciplinariedade</b>. Rio de Janeiro: Editora Brasil Multicultural, 2016.</p> <p>BARROSO, Luís Roberto. <b>A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo- a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial</b>. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2014.</p> <p>BOBBIO, Norberto. <b>Igualdade e liberdade</b>. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.</p> <p>BRASIL. Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015. Estabelece a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em <a href="http://www.planalto.gov.br">http://www.planalto.gov.br</a></p> <p>CORREIA, E. P. B. Direitos fundamentais sociais. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015 <a href="https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:580484">https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:580484</a></p> <p>COSTA NETO, João. <b>Dignidade humana- Visão do Tribunal Constitucional Federal Alemão, do STF e do Tribunal Europeu</b>. São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>DÍAZ, Ramón L. Soriano. <b>Los Derechos de las Minorias</b>. In: Diccionario Crítico de los Derechos Humanos. DÍAZ, Ramon Soriano; CABRERA, Carlos Alarcón; MOLINA, Juan Jesús Mora. Universidad Internacional de Andalucía, 2000, p. 305-315.</p> <p>FIORILLO, C. A. P. <b>O Marco Civil da Internet e o Meio Ambiente Digital na Sociedade da Informação: Comentários à Lei n. 12.965/2014</b>. São Paulo: SARAIVA, 2015 <a href="https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:580496">https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:580496</a></p> <p>GARGARELLA, Roberto. <b>As teorias da justiça depois de Rawls. Um breve manual de filosofia política</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2008.</p> <p>GONÇALVES, T. A. <b>Direitos humanos das mulheres e a comissão interamericana de direitos humanos</b>. São Paulo: Saraiva, 2013 <a href="https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:581671">https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:581671</a></p> <p>HONNET, Axel. <b>Freedom's Right: The Social Foundations of Democratic Life</b>. Translated by Joseph Ganahl. Cambridge/UK: Polity Press, 2014.</p> <p>JUBILUT, L. L.; BAHIA, A. G. M. F.; MAGALHÃES, J. L. Q. D. <b>Direito à diferença: Aspectos teóricos e conceituais da proteção às minorias e aos grupos vulneráveis - Volume 1</b>. São Paulo: Saraiva, 2013 <a href="https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:580996">https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:580996</a></p> <p>JUBILUT, L. L.; BAHIA, A. G. M. F.; MAGALHÃES, J. L. Q. D. <b>Direito à diferença: Aspectos de proteção específica às minorias e aos grupos vulneráveis - Volume 2</b>. São Paulo: SARAIVA, 2013 <a href="https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:580998">https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:580998</a></p> <p>JUBILUT, L. L.; BAHIA, A. G. M. F.; MAGALHÃES, J. L. Q. D. <b>Direito à diferença 3: Aspectos institucionais e instrumentais de proteção às minorias e grupos vulneráveis</b>. São Paulo: SARAIVA, 2013 <a href="https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:580997">https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:580997</a></p> <p>LEITE, F. P. A.; RIBEIRO, L. L. G.; FILHO, W. M. D. C. <b>Comentários ao estatuto da pessoa com deficiência</b>. São Paulo: Saraiva, 2016 <a href="https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:604555">https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:604555</a></p> <p>LOVETT, Frank. <b>Uma teoria da justiça, de John Rawls</b>. Tradução de Vinicius Figueira. São Paulo: Penso, 2013.</p> <p>LUCAS, Javier de. <b>Solidaridad y derechos humanos</b>. In: 10 palabras clave sobre Derechos Humanos. Madri: Verbo Divino, 2005, p.149-194.</p> <p>LUÑO, Antonio Enrique Pérez. <b>Derechos Humanos, Estado de Derecho Y Constitucion</b>. Madri: Editorial Tecnos, 1984.</p>
-----------------------	--

	<p>MADRUGA, Sidney. <b>Pessoas com deficiência e direitos humanos- ótica da diferença e ações afirmativas</b>. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>MENDES, G. F. SÉRIE EDB - <b>Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade</b> - estudos de direito constitucional. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013 <a href="https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:582748">https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:582748</a></p> <p>MIRANDA, Jorge. <b>Teoria do Estado e da Constituição</b>. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2015.</p> <p>OEA. Organização dos Estados Americanos. <b>Convenção Interamericana para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência</b>. In: <i>Tratados em Direitos Humanos. Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos. Coleção Ministério Público Federal Internacional. Vol.2. Brasília/DF: MPF/PGR, 2015. Disponível em: <a href="http://www.pgr.mpf.mp.br">http://www.pgr.mpf.mp.br</a></i></p> <p>ONU. Organização das Nações Unidas. <b>Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência</b>. In: <i>Tratados em Direitos Humanos. Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos. Coleção Ministério Público Federal Internacional. Vol.2. Brasília/DF: MPF/PGR, 2015. Disponível em: <a href="http://www.pgr.mpf.mp.br">http://www.pgr.mpf.mp.br</a></i></p> <p>PINHEIRO, P. P. <b>Direito digital</b>. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015 <a href="https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:604554">https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:604554</a></p> <p>PISÓN, José Martínez. <b>Tolerancia y derechos fundamentales en las sociedades multiculturales</b>. Madri: Tecnos, 2001.</p>
--	---

### CRONOGRAMA

Data	Conteúdos	Objetivos	Estratégias
14/3	Apresentação	<p>Apresentação docente e do plano de ensino. Identificação dos alunos.</p> <p>Abordagem preliminar do conteúdo da disciplina, referencial bibliográfico e distribuição inicial de atividades.</p>	Presencial: exposição docente e mesa redonda
	Fundamentos da dignidade humana na perspectiva de inclusão social dos grupos vulneráveis	<p>Abordar os principais aspectos a respeito das especificidades das minorias e dos grupos vulneráveis, analisando as premissas de inclusão social a partir do reconhecimento da igualdade em suas duas vertentes: formal e material.</p> <p>Identificar as contribuições e os desajustes das novas tecnologias para o desenvolvimento e concretização dos direitos fundamentais dos grupos vulneráveis.</p>	<p>Presencial: exposição docente</p> <p>Extraclasse: leituras dirigidas e elaboração de seminários</p> <p>Leituras recomendadas:</p> <p>SARLET, Ingo Wolfgang. <b>Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988</b>. 15 ed, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.</p> <p>SARMENTO, Daniel. <b>Dignidade da Pessoa Humana: conteúdo, trajetórias e metodologia</b>. Belo Horizonte: Fórum, 2016.</p> <p>MELLO, Celso Antônio Bandeira de. <b>O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade</b>. São Paulo: Malheiros, 2014.</p>

18/4	O princípio da diferença e as contingências que determinam os menos favorecidos na teoria da justiça como equidade	Partindo da Teoria da Justiça como Equidade, analisar o princípio da diferença em sua concepção igualitária, identificando os menos favorecidos e a posição social dos grupos vulneráveis na referida teoria política da justiça.	<p>Presencial: Apresentação dos resultados das atividades extraclasse e exposição docente</p> <hr/> <p>Extraclasse: leituras dirigidas e elaboração de seminários</p> <hr/> <p>Leituras recomendadas:</p> <p>RAWLS, John. <b>Uma teoria da justiça</b>. Tradução de Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2008.</p> <p>LOVETT, Frank. <b>Uma teoria da justiça, de John Rawls</b>. Tradução de Vinicius Figueira. São Paulo: Penso, 2013.</p>
25/4	Argumentação crítica à teoria da justiça como equidade	<p>Refletir a contraposição à Teoria da Justiça como Equidade.</p> <p>Diretrizes de inclusão social e os direitos fundamentais dos grupos vulneráveis.</p> <p>Grupos vulneráveis e minorias: em defesa dos direitos e em defesa da cultura.</p>	<p>Presencial: Apresentação dos resultados das atividades extraclasse e exposição docente</p> <hr/> <p>Extraclasse: Estudo de caso, leituras dirigidas e elaboração de seminários</p> <hr/> <p>Leituras recomendadas:</p> <p>NUSSBAUM, Martha C. <b>Fronteiras da Justiça. Deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2013.</p> <p>BRITO, Jaime Domingues. Minorias e Grupos Vulneráveis: aquilatando as possíveis diferenças para os fins de implementação das políticas públicas. <i>In: Revista do Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da Fundinopi</i>. Jacarezinho: Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, 2009.</p> <p>CARMO, Claudio Marcio. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. <i>In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiro</i>. São Paulo: USP, 2016, p.201-223</p>
9/5	<p>Ações afirmativas na dupla perspectiva de não-discriminação e inclusão social</p> <p>Estudo de caso (1)</p>	<p>Analisar os conceitos de inclusão social e integração social: diferenças e aspectos relevantes na era digital</p> <p>Analisar a inclusão digital na perspectiva de acesso às tecnologias de informação</p>	<p>Presencial: Apresentação dos resultados das atividades extraclasse e exposição docente</p> <hr/> <p>Extraclasse: Estudo de caso, leituras dirigidas e elaboração de seminários</p>

		e comunicação (TICs) dos grupos vulneráveis	<p>Leituras recomendadas:</p> <p>BARANAUSKAS, Maria Cecília; MARTINS, Maria Cecília.; VALENTE, J. A. (orgs). <b>Codesign de Redes Digitais: Tecnologia e Educação a serviço da inclusão social.</b> Porto Alegre: Penso, 2013.</p> <p>MADRUGA, S. <b>Pessoas com deficiência e direitos humanos.</b> 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016 <a href="https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:580060">https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:580060</a></p>
16/5	Políticas públicas inclusivas  Estudo de caso (2)	<p>Estudar a metodologia de análise das políticas públicas.</p> <p>Refletir a respeito das análises quantitativas e qualitativas dos resultados, em especial a fase de <i>policy making</i>.</p> <p>Abordar propostas de superação do <i>déficit</i> de representatividade e suas possibilidades na sociedade digital.</p>	<p>Presencial: apresentação dos resultados das atividades extraclasse e exposição docente</p> <p>Extraclasse: estudo de caso, pesquisas dirigidas e elaboração de trabalho em grupo</p>
23/5	Análise coletiva de casos práticos	Promover o estudo e a reflexão a respeito das principais decisões do STF acerca da proteção constitucional dos grupos vulneráveis.	<p>Presencial: apresentação dos trabalhos em grupo</p> <p>Extraclasse: elaboração do artigo científico</p>
23/6	<b>Prazo final para envio do artigo acadêmico como avaliação da disciplina.</b>		